

Dizeres que não voltam mais???
Questionamentos sobre a questão
da filiação dos sentidos¹

Rejane Maria Arce Vargas²

Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, RS, Brasil

Resumo

Neste trabalho, objetivamos explorar os conceitos *língua de madeira* e *língua de vento*, tal como desenvolvidos por Courtine (1999, 2006) e Pêcheux (2004), no que essas designações implicam na circulação/funcionamento de discursos em um cenário contemporâneo de fluidez, em prejuízo para a filiação de sentidos e das noções aí imbricadas (ideologia, formação ideológica, formação discursiva).

Palavras-chave: designação, língua, fluidez, sentido, filiação.

Abstract

In this paper we aim to broach the concepts *wooden language* and *language of wind* as developed by Courtine (1999, 2006) and Pêcheux (2004), regarding what these designations imply in the circulation/functioning of discourses in a fluid contemporaneousness, specially related to the filiation of senses and the notions it carries (ideology, ideological formation, discursive formation).

Keywords: designation, language, fluidness, senses, filiation.

1 Reflexões preliminares oriundas de Projeto de Tese de Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos (PPGL/UFSM) intitulado “Língua em Tempos de Fluidez”, registrado sob o nº 023164 no Gabinete de Projetos da UFSM, sob orientação da Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer (DLCLL/UFSM).

2 Professora Substituta do DLV/UFSM; Doutoranda em Letras/Estudos Linguísticos PPGL/UFSM/Laboratório Corpus – E-mail: rejaneorce@hotmail.com

Na relação entre o Poder e o Vento, as palavras assopradas que
falam mais são aquelas que o poder sopra. E, como sabemos, o
vento não se segura com as mãos
(ORLANDI, 2005).

Este texto versa sobre os conceitos **língua de vento** e **língua de madeira**, com referência à noção de discurso, pois interessa-nos a materialidade não necessariamente inscrita na ordem da língua, mas na ordem dos discursos que circulam e produzem subjetividades no tempo presente, ou seja,

Rejane
Maria
Arce
Vargas

186

não é da língua que se está tratando, mas de *discurso*, quer dizer, de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua: não na ordem do *gramatical*, mas na ordem do *enunciável*, a ordem do que constitui o sujeito falante em sujeito de seu discurso e ao qual ele se assujeita em contrapartida (COURTINE, 1999, p. 16)³.

Dessa forma, tais conceitos serão tomados, à luz de Guimarães (2005), como designações, o que nos leva a compreendê-los como nomes tomados na história, remetidos ao real, mediante relações linguístico-simbólicas. O que implica também em uma reconfiguração da noção de referente não alocada em uma dimensão pragmática, mas histórica, quer dizer, à medida que as relações linguístico-histórico-simbólicas se estabelecem ou historicizam o dizer pela prática de sentidos, estas vão apontando para um referente e não ao contrário, pois as coisas são somente referidas enquanto designadas/significadas. Para tanto, trilharemos um percurso circunscrito pela historicidade ao invés da história⁴, pautado no modo como os sentidos se discursivizam no tempo de sua circulação, todavia, levando em conta que eles têm uma determinação histórica que se estabelece por meio do jogo de forças contraditórias que produzem materialmente sentidos para as sociedades.

Para guiar nosso trajeto, estabelecemos como fio condutor a historicidade em que se inscreve a Análise do Discurso (cf. Courtine, 2006), no que diz respeito aos corpora analisados que, em um primeiro momento, estavam restritos a textos políticos e, contemporaneamente, ao político ins-

3 Grifos no texto.

4 Referimo-nos à diferença que Orlandi (2004) estabelece entre historicidade e história; na primeira, a história é tomada como constitutiva dos discursos de forma a instaurar uma 'temporalidade interna', uma relação com a 'exterioridade' tal como esta se configura no texto e não fora dele; o texto é, portanto, a materialidade da história, não há história senão pelos textos, reforçando: a relação não é remissiva, do texto para 'uma história', mas constitutiva, a história 'está' no texto (não como 'conteúdo', mas como produção/arranjo de sentidos).

critico em quaisquer ‘tipos’ de textos, ‘políticos’ ou não — quer dizer, hoje, entende-se ‘político’ de outro modo. Tal reconfiguração vai implicar em movimentos para a teoria e para a análise. Assim, reportaremos-nos, em nossa reflexão, à noção de **político** como constitutiva dos discursos, aliada e/ou em contraponto com a de política correlativamente às designações que são o mote deste texto.

A designação **língua de madeira**, conforme Pêcheux (2004) e Courtine (1999, 2006), remete a um sistema fechado (duro como madeira) doutrinário, prescritivo-normativo, a exemplo da língua da gramática, da política, semelhante à Novíngua forjada no romance **1984**, de George Orwell, ou mesmo no regime stalinista, ou seja, línguas que se apresentam como sistemas lógicos, determinados, fechados, segundo uma orientação ideológica e/ou ‘funcional’. Nesse âmbito, estariam situadas as línguas doutrinárias, como aquela de escopo ‘revolucionário’ em que se arquitetavam os discursos políticos dos anos de 1960 e 1970 na França, assim como as de caráter nacionalista-ufanista, fascista, protecionista. Além disso, essa designação envia-nos a uma primeira época da AD (cf. Pêcheux, 1997a), quando as textualidades analisadas estavam restritas aos textos políticos e doutrinários regidos por condições de produção estáveis.

Já a designação **língua de vento** (cf. Gadet; Pêcheux, 2004) nos leva à compreensão de discursividades pautadas na volatilidade, na ‘fluidez’ ditadas pela instantaneidade dos sentidos, como acontece com a língua da propaganda e da publicidade e quiçá, cotidianamente, com a língua da política (tão ligeira quanto o vento...). Elas são instáveis e fluidas, configuram o “discurso de um Mestre que não ousa dizer seu nome” (Courtine, 1999, p. 16).

Guardadas as diferenças de modo de circulação e funcionamento de ambas as designações, tomadas enquanto discursos, pensamos que pode haver, em determinadas situações ou momentos históricos, certo recobrimento ou ‘solidarização’ entre as noções: língua de vento e língua de madeira, na medida em que

a língua de vento permite à classe no poder exercer sua mestria, sem mestre aparente. Ela serve tampouco a seu mestre. **O imperialismo fala hoje uma língua de ferro, mas aprendeu a torná-la tão ligeira quanto o vento** (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 24).

Diante disto, as relações que visamos a estabelecer, sucintamente, podem ser colocadas da seguinte forma:

*Dizeres que
não voltam
mais???*

187

Língua de madeira (política? político?)	Filiação de sentidos (FD)?
Língua de vento (política?)	

Essas designações carregam relações, assinaladas no quadro acima por meio de interrogações, a nosso ver, problemáticas.

Rejane
Maria
Arce
Vargas

Se por um lado, uma língua de madeira prescreve/orienta um série de dizeres, vai ao encontro da noção de ‘formação discursiva’, isto é, concerne a um escopo de dizeres que delimitam o que pode e deve ser dito de acordo com o estado de uma conjuntura ideológico-histórico-social determinada (cf. Pêcheux). Por outro, também diz respeito aos movimentos, oriundos de práticas que desencadeiam sentidos para o social, que vão desencadear diferentes direções de sentido para um estado de coisas tomado, muitas vezes, como já significado/naturalizado.

188

Desse modo, tal designação também carrega consigo as noções de político e política. Entretanto, como as entendemos, ambas não se estabelecem/funcionam indistintamente ou mesmo sempre de forma conjunta. Vale dizer, de modo sucinto, que o político concerne ao que é constitutivo dos sentidos e a política aqui não recebe caráter pragmático, de aplicação de leis e etc., mas antes remete a um ‘pôr em xeque’ o político já instaurado nas sociedades que delimita quem tem o direito de dizer/significar/praticar sentidos, concerne à noção de governo (que impõe o que ‘é’) e de igualdade (que insta ao que ‘pode ser’ via um ‘desentendimento’ do que já ‘está’ posto)⁵.

Para mais, se por um lado, no quadro social atual, a noção de FD impõe que não a tomemos estritamente como foi formulada, na década de 1980; por outro, abandoná-la, face à ‘fluidez’ de sentidos observada na contemporaneidade, parece-nos ainda mais problemático, tanto quanto adotar o conceito de ‘interdiscurso’ como seu substituto, na medida em que a filiação de sentidos é atirada ao vento e ‘tudo’ pode significar ‘qualquer coisa’ quando se submerge na vastidão do relativismo.

Um cenário de incertezas, de falta de referências tem sido propugnado em literaturas de cunho filosófico e sociológico de grande circulação na atualidade, as quais entronizam a efemeridade, a volatilidade das relações sociais, das subjetividades, das ideias, das vontades e etc. Ao esteio delas e com certo deslocamento direto para a ‘realidade’ brasileira, têm sido for-

⁵ Formulação esboçada à luz do pensamento de Rancière (1996, 1998).

gados novos conceitos para a interpretação da sociedade contemporânea, dos discursos, das ideologias, da história. Não raro, vemos ‘crucificada’ a noção de FD. Orlandi adota uma perspectiva crítica, a qual nos somamos, em relação a essa conjuntura, e nos diz:

Há um progresso que traz suas ameaças. Tem-se efetivamente como medida que o céu é vazio, tanto de Deus como de ideologias, de promessas, de referências, de prescrições e os indivíduos têm de se determinar eles mesmos, singularmente e coletivamente. Este é o sujeito que vemos teorizado no Velho Mundo, nos países ricos. Queremos ver em nossa reflexão como isto se passa no sul do planeta. Que ecos vivemos nos países pobres. O que se passa com os que, por necessidade histórica, seriam mutantes, mas que, pelas razões da dominação, da ideologia capitalista, não podem sê-lo. Os mutantes, sem as condições favoráveis do capitalismo, estes, que são o resto, também são os monstros? Como significá-los em suas condições? (ORLANDI, 2007, p. 3-4).

*Dizeres que
não voltam
mais???*

189

Nessas circunstâncias, e em nome da asserção enfática de Pêcheux em um de seus últimos textos de que: “**caracterizar uma formação discursiva classificando-a, entre outras, por qualquer tipologia que seja, é estritamente impossível**” (Pêcheux, 1999)⁶, muito se tem dito em prejuízo dessa noção. Nosso interesse é pensá-la a partir da circulação dos discursos aqui no ‘novo mundo’, quiçá e ‘in’felizmente pródigo em problemas sociais que revelam um cenário profícuo para se pensar contradições, embates de sentidos ou mesmo ainda sentidos ‘estratificados’(?).

Cabe apontar que ao se tratar de FD⁷, é preciso levar em conta que **1)** ela é a **materialidade linguística das Formações Ideológicas** (o que implica também pensar no conceito de língua e este atrelado à ordem dos discursos); **2)** nela imbrica-se necessariamente uma noção **de ideologia** e **3)** ela é ‘parte’ de um todo que é o **interdiscurso** e, falar em interdiscurso reclama pelos conceitos de **4) história** e ainda de **5) memória**. Tais noções são solidárias, necessárias, inexoravelmente, pelo modo como as compreendemos. Cremos ainda que, dada a configuração da AD, forjada na política, pensada inicialmente como suporte de análise de textos políticos, tais noções devam ser levadas em conta e, nesse sentido, ocupamo-nos em

6 Negrito nosso.

7 “chamaremos... formação discursiva, aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada **pelo estado da luta de classes**, determina o que pode e deve ser dito...” (PÊCHEUX, 1997, p. 160, grifos do texto, negrito nosso).

trazê-las para nossa reflexão.

Na distinção ‘tradicional’ entre as noções/conceitos de política e político, sublinha Corten (1999), a **política recebe caráter ‘funcional’ de área especializada** enquanto que, **o político, mesmo que se considere sua configuração didático-teórica, permanece em uma instância de indefinição**, que é sobremaneira aumentada ao se falar em representação do político.

Para Rancière (1998), o **político** é o encontro de dois processos heterogêneos: o primeiro é o de **governo** que consiste em organizar a reunião e o consentimento dos homens em comunidade e repousa na distribuição hierárquica dos lugares e das funções (o que o autor denomina de **polícia**); o segundo é o de **igualdade**, que se institui mediante o jogo das práticas guiadas pela pressuposição de igualdade, de não importa o quê com o quê e pela preocupação de verificá-la (processo denominado de **emancipação**). Desse modo, podemos compreender que, quando o político da organização da sociedade, instituída sob um governo de legitimidade assegurada pela polícia (a quem cabe o que, como...), tem sua organização questionada por uma prática política de pressuposição de igualdade, processa-se, constitui-se a própria política, tal como um processo de emancipação — de pressuposição de igualdade — de direitos, de acesso ao bem comum, etc.

Para mais, Rancière faz três distinções importantes concernentes ao tema. Ele delimita o funcionamento da política, do político e da polícia pela insistência do entrelaçamento das noções. Por hora, não nos ocuparemos em discorrer sobre ‘polícia’. Interessa-nos, sobretudo, a seguinte formulação:

Nous distinguons alors **la police, la politique et le politique**. *Le politique* sera le terrain de la **recontre entre la politique et la police** dans le traitement d’un tort. [...] La politique n’est pas l’actualisation du principe, de la loi ou du ‘propre’ d’une communauté. La politique n’a pas d’*arkhè*. Elle est, au sens strict, anarchique (RANCIÈRE, 1998, p. 113)⁸.

Conforme se pode observar, Rancière sublinha o ‘desentendimento’ a ser instaurado pela política, na medida em que ela não se constitui ao modo de um ‘princípio organizador’ (*arkhé*), mas de forma ‘anárquica’. De modo análogo, podemos remontar ao funcionamento do discurso (cf. Or-

8 Distinguiremos então a polícia, a política e o político. O político será o terreno de encontro entre a política e a polícia no tratamento de um engano [...] A política não é a atualização de um princípio, da lei ou do que é próprio de uma comunidade. A política não tem *arkhé*. Ela é, em sentido estrito, anárquica (Tradução e negritos nossos).

landi, 2004), que é ditado por uma ‘ordem’ (do real) e não pela ‘organização’ (imaginária da ‘realidade’).

O político tem seu modo de funcionamento articulado pela **contradição**, pelo movimento dialético que expõe, representa uma ‘realidade’ (ideologia) para refratar uma outra, em uma aproximação com o que Rancière chama de ‘desentendimento’, desacordo sobre o que e quanto cabe a quem em uma sociedade de divisões.

Na esteira do que formula Rancière (1998), dizemos que **a política se desenrola ‘nas bordas do político’** e este último determina a primeira, mas não é tributário dela. Dito de outro modo, o que a política deve visar não diz respeito ao que está predeterminado, mas a uma interrupção nos efeitos ‘naturais’ de uma ‘dominação’. Nesse sentido, insistimos na instância dos eventos de discurso como articuladores do político e da política e não em sentidos anquilosados a uma ‘*arkhè*’.

Situando a questão no âmbito da linguagem, do simbólico, ao esteio de um mesmo ‘parâmetro’ de observação/análise do cenário contemporâneo, isto é, do materialismo histórico que subjaz como princípio articulador (episteme) nos trabalhos a que nos reportamos, deteremo-nos no modo pelo qual o ‘político’ é traçado em AD. De acordo com Orlandi:

O político reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõe a um indivíduo ideologicamente interpelado [...] deve-se praticar a análise de discurso como um dispositivo que permite analisar a **textualização do político**⁹ o que já é um passo importante na compreensão da relação entre o simbólico e as relações de poder (e não mais a maquinaria lingüística e os textos políticos) (ORLANDI, 2005, p. 34–35).

A autora propõe que se saia de um militantismo pedagógico em torno do confronto entre uma prática de leitura do texto político e uma prática de política de leitura e que se busque a análise da ‘prática política de produção do sentido’, sob o aporte de uma compreensão da significação como prática ideológica (interpretativa, que reclama sentidos) (cf. Orlandi, 2005, p. 34). A partir do exposto, compreendemos que a política re-instaura o político, mas não é determinante deste, tampouco um pode ser tomado pelo outro, uma vez que o político é o que constitui as práticas de sentido, a própria formação de uma sociedade. Cremos que a análise empreendida por Rancière joga novas luzes para a compreensão do político/da política

*Dizeres que
não voltam
mais???*

191

9 Negrinho nosso. Orlandi (1999, p. 68) define como textualização do político a simbolização das relações de poder presentes em um texto.

em AD, que pode ser ilustrada pelo pensamento de Orlandi:

o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição [...] A compreensão, na análise de discurso, é política [...] A análise de discurso se confronta com a necessidade de abrir conjuntamente a problemática do simbólico e do político (ORLANDI, 2004, p. 21-42 passim).

O político corresponde (aqui) à divisão inexorável do sentido, cuja direção tem a ver com as injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história de um mundo que funciona entre outras coisas, pelas significações (ORLANDI, 2005, p. 110).

Rejane
Maria
Arce
Vargas

192

Tais asserções nos levam a compreender que o político subjaz como constitutivo de quaisquer produções de sentido/linguagem, pois diz respeito à organização das sociedades e tudo que se diz sobre esse real de divisões vivenciado é irremediavelmente construído pela/na linguagem. Desse modo, interessa-nos, mais detidamente, o ‘confronto entre o simbólico e o político’, na medida em que este aponta para o ‘risco da simbolização’ (cf. Orlandi, 2005, p. 208), na qual se incorre quando a textualização do político se dilui na repetição de rituais¹⁰ e não mais emerge de uma interpretação, de uma metaforização. Essa ressalta nos tem encaminhado para a seguinte reflexão: **a prática política está destituída de ‘política’, é antes uma performance de diluição dela mesma**¹¹. Expliquemo-nos.

Há procedimentos, no âmbito da formulação dos discursos, que visam tanto a dar visibilidade (ou monumentalizar) objetos simbólicos quanto a fazer esquecer, fazer com que a ‘língua’ pela qual eles se materializaram vire ‘vento’ ou do contrário, fortifique-se enquanto algo que não se deve esquecer. Nesse ínterim, intervém a memória. Courtine (1999) problematiza questões relativas ao estatuto da memória no campo do discurso político, por meio do episódio do ‘chapéu de Clémentis’ ou ainda do ‘desaparecimento’ desse sujeito de uma história presentificada por uma imagem da qual ele é providencialmente retirado devido a sua imagem evocar a idéia

10 Orlandi exemplifica o risco da simbolização por meio de textualização do corpo, isto é, imerso em rituais sociais, o sujeito não coloca um ‘piercing’ como uma forma de se significar e significar o urbano, mas coloca vários, muitos, por todas as partes do corpo, é o risco da simbolização, do excesso, da ‘super-significação’ que se dilata e torna-se repetição, deixando de configurar uma interpretação, uma forma de metáfora.

11 Com ‘diluição’ queremos nos reportar às reflexões que, à luz de Bauman, tem pontuado Courtine, no que tange à fluidez das relações, das práticas de sentido, das subjetividades, o que aponta, para nós, deslocamentos decisivos nos modos de se pensar os conceitos de FI e FD, por exemplo, além de a própria noção de ideologia e história.

de ‘traição’. Clémentis empresta seu chapéu de pele ao dirigente comunista Gottwald, essa imagem entra em circulação de modo a ser reconhecida. Mais tarde, Clémentis é tomado como traidor e condenado à força. Ele então ‘se dilui’ das fotos, desaparece. Dele, em Gottwald, ficou o chapéu. Contudo, Courtine assevera que

esse processo da anulação de Clémentis, de perda referencial, recalque, apagamento da memória histórica (que) deixa, como uma estreita lacuna, a marca de seu desaparecimento, mesmo que se coloque aqui em jogo a materialidade não-lingüística de um **documento fotográfico**, é antes de tudo, na ordem do discurso que ele é produzido (COURTINE, 1999, p. 15-16)¹².

Para pensarmos essas questões, uma imagem se apresenta emblemática (fig. 01, abaixo). Tal imagem foi objeto de observação em nosso trabalho de dissertação¹³, na medida em que a trouxemos à tona para exemplificarmos **um modo possível de funcionamento da política** em torno de uma designação [comunidade Nova Santa Marta] em litígio. Contudo, gostaríamos de reformular e problematizar duas noções em embate: **política versus político**, ao passo que, como vimos apontando até aqui, elas não se confundem (fundem), embora estejam entrelaçadas. Lançaremos mão, portanto, de exemplo por nós focado anteriormente, que ora retomamos. Importa destacarmos que nos reportaremos à imagem como discurso (esteja associada ou não ao linguístico), isto é, como materialidade icônica na qual se inscrevem sujeitos e sentidos constituídos na história e que visa a, mediante um ‘flash de realidade’, aprisionar ‘um’ sentido que é então, sempre tomado, em nosso modo de compreensão, pela forma como Saussure bem apontou-nos: por ‘um’ ponto de vista que ‘re’cria ‘uma’ realidade que é, portanto, parcial e parcelar.

*Dizeres que
não voltam
mais???*

193

12 Negrito nosso.

13 Trabalho intitulado **Ponte para o devir: um trajeto por entre saberes discursivos** em que analisamos alguns aspectos dos saberes que constituem o discurso de mobilização social na ocupação urbana Nova Santa Marta, em Santa Maria, RS. p. 24, em: http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tede_busca/arquivo.php?codArquivo=1868

UM DIZER-MONUMENTO AO VENTO: EXEMPLO

Rejane
Maria
Arce
Vargas

194



Figura 1 – Fonte: *Diário de Santa Maria*, 01 e 02/12/2007 [capa]

A figura 01 será abordada ao esteio do que Venturini (2008) chamou de ‘enunciado-imagem’, ou seja, uma imagem que funciona na esteira de uma enunciação que lhe é prévia, em ausência e presença de um mesmo que não se sabe como irá ‘retornar’, seja sobredeterminado pelo dizer, seja ‘in-determinado’ sem ele, pois, de acordo com a autora, no intradiscorso, os enunciados-imagem têm o efeito de sentido de uma presença na ausência, pois retomam um mesmo referente que já não significa da mesma forma em cada ocorrência. Eles constituem simultaneamente a enunciação e a materialidade do suporte e significam por sua relação com a exterioridade, com a história (cf. Venturini, 2008, p. 109).

Para mais, os enunciados-imagem conjugam, na interpretação de Venturini à luz da leitura de De Certeau, procedimentos de fazer-criar, pelo fazer-ver, ou ainda, poderíamos dizer, pela monumentalização de objetos simbólicos que no discurso em circulação são alçados ao ‘status’ de verdade. Em nosso exemplo, a imagem aparece sobredeterminada pelo componente verbal, o que caracteriza uma ‘política monumental’, tal como traçamos a seguir.

A imagem (fig. 01) remonta a história de uma comunidade. Uma ocupação urbana em Santa Maria (RS) objeto de litígio ao longo de 16 anos, seja por infraestrutura, por um nome para o lugar e, mais recentemente, pela transferência da área de domínio do Estado do Rio Grande do Sul para o do município de Santa Maria a fim de efetivar a ‘distribuição’ de lotes aos

ocupantes. Essa linearização sumarizada da história não faz jus ao trajeto tenso desse espaço. Por ora, importa destacarmos que as demandas da comunidade se efetivaram mediante luta, mediante embate, seja no âmbito da prática propriamente dita, seja no âmbito da profusão do discurso de engajamento social.

Enquanto a notícia/imagem notabilizou a textualidade assinada pela governadora do Estado do Rio Grande do Sul como sendo ‘um documento para entrar na história’ que garantiria a transferência da área de propriedade do Estado para o município de Santa Maria, o que a foto ‘monumentalizou’ foi, de fato, um ‘protocolo de intenções’, alçado à categoria de ‘documento/verdade’ assegurada pela legitimidade que as letras (o discurso do direito), que a língua de madeira da lei empresta aos textos. A propósito da ‘monumentalização’ de objetos simbólicos, Foucault nos ensinou que:

a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifram os rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 1995, p. 8)¹⁴.

À época, Foucault dizia que a história se voltava para a arqueologia, para a descrição do monumento. Em nosso exemplo (fig. 01), podemos dizer que o discurso em circulação monumentaliza os fatos e os transforma em matéria inerte, em discurso ‘literal’, ‘evidente’, estancando a (necessidade de) interpretação (que já está lá, factual), ou seja, notabiliza-se o ‘risco da simbolização’ (sem metáfora). O monumento impunhado como documento constrói algo que deve ser lembrado.

A rigor, somente no dia 13 de junho de 2008, por meio da Lei nº 12.98215, foi quando o acontecimento anunciado se efetivou, o enunciado-imagem, contudo, data de dezembro de 2007.

As máquinas lógicas fabricam, hoje em dia, suas próprias memórias para melhor apagarem as dos povos, e para melhor administrarem os complexos industriais, administrativos e militares que vão tomar as decisões no lugar

14 Grifos no texto.

15 Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=51788&hTexto=&Hid_IDNorma=51788

delas. Se é uma “língua fascista”, é precisamente essa língua lógica, língua metálica, sem aspecto exterior (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 23).

Cabe lembramos ainda que:

A língua do direito representa, assim, na língua, a maneira política de dene-
gar a política: espaço do artifício e da dupla linguagem, linguagem de classe
dotada de senha e na qual para “bom entendedor” meia-palavra basta. A
língua do direito é uma língua de madeira (Ibid., p. 24)¹⁶.

Rejane
Maria
Arce
Vargas

196

Vale enfatizar que a conjuntura em que se desenrolavam os fatos de busca pela regularização da área da Nova Santa Marta, ilustrada pela fig. 01, é concomitante àquela de configuração dos candidatos ao pleito municipal, de modo que duas forças antagônicas estão ali representadas¹⁷.

Similarmente ao que ensina Courtine (1999), com referência ao episódio de Clémentis, poderíamos dizer sobre o evento de assinatura de documento em que o próprio documento e a história que ele recobre é eclipsada por uma operação ‘monumental’: o evento de discurso é o produto de uma história ‘real’, mas ao mesmo tempo, produto de uma história fictícia forjada a partir de ‘efeitos de memória’ que constituem uma história imóvel, em que o tempo não passa e a discursividade não se inscreve, uma vez que o tempo histórico é solapado.

Ainda Courtine (2006), em outro trabalho, ao traçar um percurso histórico-teórico para a AD, vai se reportar a dois momentos ilustrativos para a história da análise do discurso pertinentes para nossa reflexão. Ele traça um paralelo entre um primeiro momento da AD enquanto máquina de ler (e se fazer crer) os textos doutrinários políticos arquitetados para forjarem consciência, que configuravam portanto, ‘**gramáticas da política**’ que não davam conta, certamente, dos discursos ‘comuns’, da oralidade, do discurso em circulação (não elaborados para serem ‘políticos’ e sempre o sendo, pois como sublinha Courtine (Ibid., p. 36), à luz de Barthes, o texto é o objeto político, pois não há outro). O autor formula desse modo a passagem para uma ‘**pragmática da política**’. Há mudanças que vão ter implicações importantes nos objetos e práticas da AD, “a mensagem política não é mais unicamente lingüística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal” (Ibid., p. 85). Para mais, mediante este cenário fluido de fim de certezas, dilatação das efemeridades e da instantaneidade das leis de Mercado glo-

16 Grifo no texto.

17 Referimo-nos a dois partidos: PT e PSDB.

bal¹⁸, o ‘tempo da pesquisa’ consistiria em correr atrás do **acontecimento** (Ibid., p. 109), no anseio de uma percepção dos **textos substancialmente enquanto práticas** (políticas de sentido). Desse modo, a teatralização da política que antes opera em favor da mesma ordem ‘policial’ de distribuição das parcelas do ‘bem comum’ avultadas, estandardizadas ao modo do ‘politicamente correto’ acarretam prejuízo de compreensão do dano político que dinamiza as práticas de vida. As diferenças entre político, polícia e política esboçadas de maneira entrelaçada (mas com rigor diferencial) por Rancière, observadas a partir do exemplo que para nós se afigurou produtivo (fig. 01), vão corroborar de maneira significativa (e elucidativa) para a seguinte formulação de Orlandi:

Quando, na prática da análise de discurso, digo que o **esquecimento é constitutivo da memória**, estou afirmando o **político como constitutivo**, isto é, o fato de que há uma direção nos sentidos essas direções são função da **posição do sujeito e do sentido na sociedade e na história**, funcionando pela relação do dito com o não-dito. **Há simbolização das relações de poder**. O esquecimento constitui o que se sabe e o que não se sabe [...] em relação ao político: imprime a direção dos sentidos, o que eles recortam, instituem, põem em silêncio, o que incluem, o que excluem. Para se compreender o político inscrito nos sentidos é preciso trabalhar nossa relação com a interpretação (ORLANDI, 2002, p. 51-52)¹⁹.

Vale enfatizar que a noção de interpretação atrelada ao trabalho do analista não requer interpretar nem descrever os textos, mas explicitar o processo de produção de sentidos destes, apreender os gestos de interpretação que se configuram nesses objetos, de modo a impor direção para os sentidos, ou seja, o que compete ao analista é ‘interpretar a interpretação’. O que nos remete necessariamente à noção de ideologia, na medida em que a materialidade específica do discurso é a língua, e o discurso é a materialidade específica da ideologia. É pela contradição que liga língua e ideologia que se produzem ‘verdades’, ‘realidades’, pelo imaginário (cf. Orlandi, 2004). E quando não se expõe o fato (imagem) à história, as ‘mentiras’ ficam parecendo ‘verdades’, salvo o trocadilho, sabemos que a ‘verdade’ não é, nem poderia ser objeto de nossa análise, ‘o que há são versões’, produtos de discursos, significações que forjam sujeitos, sentidos, lugares, política, cidades, vida... Essas são as reflexões iniciais e parciais de

*Dizeres que
não voltam
mais???*

197

18 Orlandi tem desenvolvido uma concepção crítica a propósito da ‘fluidez’ e da era do ‘fim de tudo’ (ideologia, política, história...), deveras salutar para essa reflexão, contudo referirmos a ela por ora excederia o foco deste texto.

19 Negritos nossos.

uma caminhada que se quer política.

Cabe salientar que Pêcheux (1983), no texto **Discurso: Estrutura ou Acontecimento?**, ao sublinhar a tarefa da AD — a interpretação —, aponta que os dizeres reclamam interpretação, pois constituem filiações históricas as quais devem ser tomadas como redes de memória e não como dizeres em interação, uma vez que “as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são “máquinas de aprender” (Ibid., p. 54). Asserção que Orlandi (2004) reforça ao dizer que não estamos nem num jogo descartado, ao sabor só dos significantes, nem sob a coerção do social empírico, mas antes na historicidade. Essa é uma das razões pelas quais interrogar os textos, em ‘tempos de fluidez’, em que os sentidos aparentemente não se filiam a nada ou a ninguém, em que as identificações avolumam-se efêmeras e extremamente voláteis, é fundamental para que as ‘filiações históricas’ não se esvançam no vento e conceitos/noções antes caros, sejam expostos a atalhos teóricos que podem servir para tudo, todos e qualquer coisa, em qualquer tempo.

Mesmo Orlandi (2007)²⁰ ao propor a deriva de um enunciado ‘filiado’ historicamente ao discurso bíblico que a autora traz com referência a Castoriadis, vai então deslocá-lo para outra FD: “enfrentar o abismo em pé” hoje não remonta ao discurso salvífico, mas antes marca um estar fora das relações que se apresentam como dominantes na sociedade capitalista de humilhação a que são expostos sujeitos ‘situados à margem’ e, estando fora, enfrentam o abismo, a seu modo (na ‘vida errada’, a do crime). Quer dizer, se hoje os dizeres não encontram um ‘porto seguro’, pois são ‘empregados’ por diferentes sujeitos, nas mais diversas situações, redeseenhando espaços de memória, regionalizando FDs, eles só poderiam estar ‘ao vento’, se não os vinculássemos à historicidade que os acompanha e os realoca, mediante à injunção com histórias, a do significante e a dos sujeitos significados com e por eles. Nesse sentido, a questão da FD atrelada à problemática do político/política, especialmente no que concerne à ‘filiação dos sentidos’, bem como no que compete às práticas de sentidos que mobilizam essas noções permanece como pergunta, por entre dizeres que se voltam contra eles próprios para se re-dizer... ‘Eu disse? Mas, não era bem assim... Disse? Mas somente naquela conjuntura... Não, não disse nada. Você foi quem interpretou assim...’ ‘Apesar disso’ sempre há uma história que realoca os dizeres em um lugar, uma filiação não imutável, mas que incontornavelmente os impregna de sentidos.

Recebido em fevereiro de 2009 / Aceito em maio de 2009

20 Orlandi (2007) analisa, entre outros, o enunciado “Vida do crime, do lado certo da vida errada”, do livro **Falcão, Meninos do Tráfico**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORTEN, A. Discurso e Representação do Político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). **Ensaio**: Múltiplos Territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, J-J. **Metamorfoses do Discurso Político**: As Derivas da Fala Pública. Trad. de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a Memória e o Esquecimento na Enunciação do Discurso Político. Trad. de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. (Orgs.). **Ensaio**: Múltiplos Territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

*Dizeres que
não voltam
mais???*

199

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 12.982**. 13 de junho de 2008. Disponibilidade em: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=51788&hTexto=&Hid_IDNorma=51788

JORNAL DIÁRIO DE SANTA MARIA. Ano 6. n. 1699, 01 e 02 dez. 2007. Santa Maria, RS. 2007 [capa].

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GADET, F; PÊCHEUX, M. **A Língua Inatingível**. O Discurso na História da Lingüística. Trad. de Bethania Mariani e Maria Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E.P. Historicidade, Indivíduo e Sociedade: O Sujeito na Contemporaneidade. **III SEAD**. Porto Alegre, UFRGS, out. 2007. CD-ROM. [conferência].

_____. **Discurso e Texto**. Formulação e Circulação dos Sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Interpretação**: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. **Língua e Conhecimento Lingüístico**. Para uma História das Idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Trad. de Eni P. Orlandi (et al.). 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. A Análise de Discurso: Três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Trad. de Bethania S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

Rejane
Maria
Arce
Vargas

_____. **O discurso**: Estrutura ou Acontecimento. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

200

_____. Remontemos de Foucault a Spinoza. Trad. de Maria do Rosário Gregolin (inédito) [texto fonte: Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise. **D'inquiétude du Discours**. Paris : Cendres, 1999].

RANCIÈRE, J. **Aux Bords du Politique**. Paris: Gallimard, 1998.

_____. **O Desentendimento**. Política e Filosofia. Trad. de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

VARGAS, R.M.A. **Ponte para o Devir**: Um Trajeto por entre Saberes Discursivos. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

VENTURINI, M.C. **Rememoração/Comemoração**: Uma prática Discursiva de Constituição de um Imaginário Urbano. 2008. Tese (Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, 2008.